

BOLETIM NEAAPE

v.08 n.02 e 03 - ago. e dez. 2024



BOLETIM NEAAPE
ISSN 2594-6935

O Boletim NEAAPE divulga análises sobre o processo decisório de política externa de distintos países, bem como sobre temas que integram as agendas de política exterior. A publicação tem periodicidade quadrimestral e é composta por editorial e textos dirigidos a leitores interessados em ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CORPO EDITORIAL

Conselho Editorial

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Ghaio Nicodemos Barbosa
Leticia de Abreu Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima

Editor Executivo

Eduardo Morrot Coelho Madureira

Editora Adjunta

Stephanie Braun Clemente

Editoria de Redação

Anna Karolinne de Holanda Ribeiro
Débora Bedim Loures
Eduardo Morrot Coelho Madureira
Ghaio Nicodemos Barbosa
Guilherme de Jesus France
Joao Gabriel Danon Tavares
Stephanie Braun Clemente
Yuri Freitas





SUMÁRIO

4

Editorial

Fernanda Nanci Gonçalves
Eduardo Morrot Coelho Madureira

6

Muito além do esporte: reflexos da política internacional e participação de refugiados nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris

Ghaio Nicodemos Barbosa
Yuri Soares Freitas

13

A Cúpula do G20 e a volta do protagonismo brasileiro no cenário internacional

Débora Bedim Loures
João Gabriel Tavares

30

Eleições presidenciais na Venezuela e a tentativa de mediação do Brasil, da Colômbia e do México

Anna de Holanda
Stephanie Braun Clemente

EDITORIAL

2024: O mundo em movimento, desafios em transformação

*Fernanda Nanci Gonçalves¹
Eduardo Morrot Coelho Madureira²*

O ano de 2024 foi marcado por persistentes conflitos e tensões a nível internacional e regional, colocando à prova a capacidade de articulação diplomática e cooperação entre os Estados. Neste contexto de desafios que se avolumam e se transformam, voltamos nossa atenção nesta edição do Boletim NEAAPE, que une os volumes 2 e 3 (agosto e dezembro de 2024), para dois temas que marcaram a política internacional e para tratar de um dos principais assuntos que marcou a agenda sul-americana, a saber: as 1) Olimpíadas e Paralimpíadas de Paris realizadas em julho e agosto; 2) o G20 sediado no Brasil, em novembro e; 3) a eleição presidencial na Venezuela, que ocorreu em julho e teve inúmeras repercussões sobre a sua legitimidade.

A respeito do primeiro tema, as Olimpíadas e Paralimpíadas de Paris representaram um momento de cooperação internacional, em meio a divisões políticas globais. Sob o lema da sustentabilidade e inclusão, Paris 2024 proporcionou um espaço de troca cultural e diplomática, ressaltando o papel do esporte na construção de pontes, com a inclusão de refugiados e forte espírito esportivo. No entanto, os jogos também reacenderam debates sobre desigualdades globais, dando luz às assimetrias no acesso a recursos e oportunidades entre países do Norte e do Sul global. Ademais, trouxeram à tona disputas na política internacional, como a existente entre os EUA e a China e o envolvimento da Rússia na Guerra da Ucrânia. Tomando este contexto como base, os pesquisadores Ghaio Nicodemos Barbosa e Yuri Soares Freitas analisam em seu artigo a relação do esporte com a política internacional e avaliam os principais tensionamentos que foram observados durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris, além de abordarem a participação da Equipe Olímpica de Refugiados, que, pela primeira vez, conquistou uma medalha olímpica.

No que tange à Cúpula do G20, realizada em novembro no Rio de Janeiro, simbolizou a retomada do Brasil como um ator relevante no cenário global, após um período turbulento de inserção internacional equivocada durante o governo de Jair Bolsonaro. O evento, que contou com a presença de líderes das principais economias do mundo, reforçou o compromisso do país com a promoção de um multilateralismo mais inclusivo, destacando temas como financiamento climático, segurança alimentar e redução das desigualdades, com uma inédita e bem-sucedida Aliança Global contra a Fome.

¹ Coordenadora do NEAAPE e professora da UERJ.

² Editor Executivo do Boletim NEAAPE.



Um dos diferenciais da cúpula foi o envolvimento de atores da sociedade civil, que ampliaram o alcance dos debates para além das discussões oficiais no G20 Social. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil desempenharam papel ativo em pautas transversais, pressionando os tomadores de decisão a adotarem uma abordagem mais equitativa e sustentável. Contudo, o evento também revelou os desafios de coordenação de interesses díspares e as dificuldades de avançar em pautas mais sensíveis a respeito dos principais conflitos internacionais. Levando em consideração a realização do G20 no Brasil, Débora Bedim Loures e João Gabriel Tavares abordam os principais resultados da presidência brasileira no bloco, analisando a preparação da diplomacia brasileira para o evento, a participação da sociedade civil no G20 Social, as iniciativas acordadas e a declaração final da cúpula.

Por fim, este Boletim trata da crise política na Venezuela, seus impasses e os limites da mediação realizada pelo Brasil, pela Colômbia e pelo México. Como vimos, a situação no país vizinho continuou a se deteriorar ao longo de 2024, desafiando as capacidades diplomáticas da região. Apesar dos esforços dos países supracitados para facilitar os diálogos entre governo e oposição, as negociações não avançaram de maneira significativa, evidenciando os limites da cooperação latino-americana e, principalmente, do papel de mediador que o Brasil tradicionalmente busca desempenhar. Contextualizando o cenário político venezuelano e a eleição presidencial contestada, com a vitória de Maduro não sendo reconhecida em diversos Estados, Anna Karoline de Holanda e Stephanie Braun Clemente, analisam em seu artigo, o posicionamento mexicano, brasileiro e colombiano em relação ao pleito presidencial. As autoras evidenciam como os países, em especial o Brasil e a Colômbia, buscaram garantir a estabilidade na região e o diálogo com o governo Maduro por meio de uma postura conciliatória e mediadora. Entretanto, como destacam, até o momento ambos os governos não obtiveram sucesso em seus esforços.

À guisa de conclusão, o ano de 2024 mostra um mundo em constante movimento, mas ainda ancorado em desafios estruturais que limitam o avanço de soluções coletivas. A continuidade e expansão das guerras na Ucrânia e Oriente Médio, a queda do regime de Bashar Al-Assad na Síria, a posse contestada de Nicolas Maduro na Venezuela e, especialmente, a eleição de Donald Trump à presidência dos EUA reforçam os enormes desafios internacionais para 2025. Com este novo número, convidamos nossos leitores e leitoras a refletirem sobre como esses acontecimentos impactam não apenas as relações internacionais, como também a posição do Brasil nesse complexo cenário mundial em transformação. Boa leitura!

Recebido para publicação em 13 de dezembro de 2024.



Muito além do esporte: reflexos da política internacional e participação de refugiados nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris

Ghaio Nicodemos Barbosa¹
Yuri Soares Freitas²

Introdução

Não é recente o esforço de analisar os Jogos Olímpicos à luz de temas de política internacional, até porque muitas das edições do evento foram marcadas por incidentes que refletiram tensões da ordem internacional e que mobilizaram atletas, espectadores e principalmente os comitês responsáveis por organizar e viabilizar as competições esportivas (Kanin, 2019; Hill, 1992)³. Apesar da mítica da “trégua olímpica” durante os jogos, observa-se que a disputa entre as nações não é apaziguada durante a realização da competição, assim como em muitos casos a guerra foi responsável pela não realização dos jogos.

Um contexto internacional mais conflituoso se refletiu em ações do Comitê Olímpico Internacional, que assumiu posições mais assertivas em relação a países e seus atletas, tendo decisões contestadas e apontadas como seletivas. Ao mesmo tempo, os esportistas e a audiência mobilizaram conflitos como parte importante da sua participação nos Jogos Olímpicos, e a mídia enquadrou vitórias e escândalos das delegações nacionais em um panorama mais abrangente de crítica a países e regimes políticos.

No cenário atual, em que a comunidade de atletas é atravessada por diferentes conflitos, sejam eles prolongados ou renovados, o mundo experimenta um aumento do deslocamento forçado e do número de refugiados (Mcauliffe; Oucho, 2024)⁴. Segundo Bauman (2017)⁵, essa população é muitas vezes vista como “estranha”, devido a sua diferença em relação ao país que a recebe. Por se saber pouco sobre ela, isso pode ser motivo de ansiedade e medo, sendo necessário para a inserção dessas pessoas em situação de vulnerabilidade criar estratégias de acolhimento, por exemplo, por meio do esporte, enfraquecendo as fronteiras sociais e invisíveis da

¹ Coordenador do NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3353084711481297>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1866-1646>.

² Mestrando em Relações Internacionais no PPGRI/UERJ e pesquisador no NEAAPE. Lattes: ORCID:

³ Kanin, David B. A political history of the Olympic Games. Routledge, 2019; HILL, Christopher R. Olympic politics. Manchester University Press, 1992.

⁴ Mcauliffe, Marie; Oucho, L.A. (ed.). WORLD MIGRATION REPORT 2024. Geneva: International Organization For Migration, 2024.

⁵ Bauman, Z. Estranhos à nossa porta. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

discriminação (Nogueira; Godoy, 2024)⁶.

Neste artigo, buscaremos analisar alguns dos principais tensionamentos que foram observados durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de Paris, realizados entre julho e agosto de 2024. O artigo também abordará a participação da Equipe Olímpica de Refugiados, que compete em sua terceira edição e que, pela primeira vez, conquistou uma medalha olímpica.

Velhas e novas tensões políticas nos Jogos Olímpicos

Dentre as contínuas tensões políticas, uma delas é competição entre EUA e China pela liderança no quadro de medalhas, que substituiu a tradicional competição entre a primeira nação e a URSS durante a Guerra Fria. Outra questão que permanece é o banimento da Rússia, enquanto país, por acusações de doping contra atletas russos nos Jogos de Inverno de Sochi (2014), devido a indícios de que houve uso de substâncias não-regulamentadas promovido pelo governo (Pontes; Morrot, 2021)⁷. Os atletas russos foram autorizados a participar, desde os Jogos Paralímpicos de 2016, sob a bandeira do Comitê Olímpico Russo, e realizam-se rigorosas testagens com eles. Nesta edição, no entanto, o banimento russo ganhou novos contornos.

A nova proibição da participação da Rússia (e de Bielorrússia), desta vez ocorreu sob o pretexto da Guerra na Ucrânia. Foi concedida autorização limitada para que os atletas competissem na categoria de Atletas Individuais Neutros, sem participar na cerimônia de abertura como delegação e sem que o hino nacional fosse executado no pódio em caso de medalhas⁸. A imposição do Comitê Olímpico Internacional (COI), arbitrada pelo Tribunal Arbitral do Esporte, diminuiu a presença de atletas russos e bielorrussos frente às edições anteriores da competição e, ainda assim, foi criticada pelo presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, que acusou a instituição de conivência com a invasão de seu país. Mesmo com o COI controlando posicionamentos políticos por parte dos atletas e delegações, não conseguiu acomodar todas as disputas e ficou longe de promover uma “trégua olímpica” diante das animosidades internacionais.

⁶ Nogueira, Luís Felipe Gimenes; Godoy, Paula Trindade de. Refugiados Olímpicos: a oportunidade de transpor fronteiras por meio do esporte. Revista Geopantanal, Corumbá, v. 19, n. 36, p. 74-85, jan/jun. 2024.

⁷ Pontes, Beatriz; Morrot, Eduardo. A Rússia nas Olimpíadas de Tóquio: um jogo de alto risco. Boletim NEAAPE - ISSN 2594-6935 - v. 5 n. 2 - ago. 2021, p.19-30.

⁸ Independent. Why are Russia and Belarus banned from the Paris Olympics?, 30/07/2024. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/sport/olympics/russia-belarus-olympics-ain-paris-2024-b2579964.html>>. Acesso em: 16 dez. 2024.

Outro tensionamento presente nos eventos desportivos de Paris se relacionou ao conflito entre Israel e Hamas e o impacto negativo na composição da delegação da Palestina. Foram feitas acusações de que o COI adotou um “duplo-padrão” ao não impor as mesmas sanções aplicadas contra Rússia e Bielorrússia para a delegação israelense⁹. Foi questionada a legitimidade da participação israelense ao mesmo tempo que as forças militares do país foram acusadas de provocar novas baixas de civis palestinos durante a realização da competição. Em contrapartida, atletas que manifestaram críticas à Israel pela investida militar em Gaza sofreram sanções, como a jogadora de basquete senegalesa Emilie Gomis, que seria uma das embaixadoras do evento e foi pressionada a renunciar a posição por “violiar a neutralidade exigida pelo posto”¹⁰.

Atletas de Hong Kong e Taiwan apresentaram desagrado em relação ao status dado às suas equipes pelo COI, que evita tensionamento com o governo chinês ao não reconhecer o status de Hong Kong como independente da China e restringir a participação de Taiwan desde 1984 como Taipei Chinesa, não a autorizando a usar a bandeira local¹¹. Da mesma forma, desde 2000, Hong Kong é representada como ‘Hong Kong, China’, designação do COI que desagrade atletas nacionalistas. A China também é pivô de acusações de doping nos Jogos de Tóquio de 2021 por diferentes delegações, mesmo com o parecer da Agência Mundial Antidoping (WADA) ter sido favorável aos atletas chineses acusados¹².

As escolhas do COI e de associações que orbitam a organização e regulação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos sofreram múltiplas acusações, ora de rigidez e ora de leniência por múltiplas equipes e delegações, que projetam as animosidades pré-existentes em conflitos internacionais para os jogos.

Além das tensões políticas, outra característica da ordem internacional fica evidenciada pelos Jogos Olímpicos: as disparidades econômicas. Por um lado, países com os maiores PIB per capita e alto IDH dominam o quadro geral de medalhas, onde 17 dos 20 maiores medalhistas estão nesta categoria, metade

⁹ Politico. The Olympics have always been political, 18/07/2024. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/paris-summer-olympics-2024-politics-sports/>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

¹⁰ The Conversation. Paris 2024: conflict in Ukraine and the Middle East threaten to turn the Olympic Games into a geopolitical battleground. 14/03/2024. Disponível em: <<https://theconversation.com/paris-2024-conflict-in-ukraine-and-the-middle-east-threaten-to-turn-the-olympic-games-into-a-geopolitical-battleground-225413>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

¹¹ NY Times. The Olympics’ Toughest Act: Balancing Sports and Politics. 10/08/2024. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2024/08/10/world/olympics/olympics-politics-ioc.html>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

¹² Politico. China’s cheating threatens to wreck Paris Olympics, US anti-drugs chief says, 06/05/2024. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/china-cheating-threats-wreck-paris-olympics-anti-drugs-chief-travis-tygart/>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

destes europeus¹³. Do outro, os países em desenvolvimento, mesmo com PIB nominal alto, têm dificuldade de alcançar posições de destaque no quadro de medalhas, principalmente em conquistar a premiação mais alta de cada categoria, a medalha de ouro, usada como principal parâmetro no quadro geral de medalhas da competição. Dentre os países africanos e latino-americanos, apenas Quênia e Brasil chegaram ao “Top 20”. Entre os países asiáticos, o Uzbequistão se distingue no “Top 20” do quadro geral com um PIB nominal e IDH significativamente menores que os de China, Japão e Coreia do Sul, países do continente com melhor desempenho na competição.

A participação da Equipe Olímpica de Refugiados

Segundo o World Migration Report 2024, relatório bienal da Organização Internacional para as Migrações (OIM) sobre os fluxos migratórios internacionais, havia 117 milhões de pessoas vivendo em deslocamento no final de 2022, das quais 35,3 milhões eram refugiados (Mcauliffe; Oucho, 2024). Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), os refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados¹⁴.

Ainda que as razões para o deslocamento forçado sejam múltiplas, como perseguição e desastres naturais, é notório salientar o impacto que os conflitos têm exercido nesse fenômeno. Nos últimos dois anos, esses enfrentamentos devastadores causaram dificuldades, perdas de vidas e o deslocamento de milhões de pessoas (Mcauliffe; Oucho, 2024). Entre os mais relevantes conflitos, há destaque para a situação da Ucrânia e da Faixa de Gaza. Com a invasão da Ucrânia pela Federação Russa em 2022, o país presenciou o deslocamento forçado de aproximadamente 5,7 milhões de seus cidadãos, o que o torna o segundo maior país de origem de refugiados do mundo (Mcauliffe; Oucho, 2024). Já no caso de Gaza, o território foi alvo de bombardeios por Israel no final de 2023 como resposta aos ataques de grupos armados de Gaza, no mesmo ano, que feriram milhares de israelenses (Mcauliffe; Oucho, 2024). Com isso, a região apresentava mais de 1 milhão de pessoas deslocadas internamente (Mcauliffe; Oucho, 2024).

¹³ GE Globo. Quadro de Medalhas das Olimpíadas 2024 em Paris. Disponível em: <<https://ge.globo.com/olimpiadas/quadro-de-medalhas-olimpiadas-paris-2024/>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

¹⁴ ACNUR. Refugiados. Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/sobre-o-acnur/quem-ajudamos/refugiados#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20que%20est%C3%A3o%20fora,direitos%20humanos%20e%20conflitos%20armados>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

Na esteira dos conflitos internacionais, os Jogos de Paris se destacaram pela terceira participação da Equipe Olímpica de Refugiados, que estreou nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, com 10 atletas, originários de quatro países com crises de refugiados, em três esportes. A criação dessa equipe foi o pináculo da aproximação do COI com a temática até aquele momento, que vinha lançando iniciativas de apoio aos refugiados. Entre os esforços do comitê, estavam a aprovação da agenda 20+20 em 2014, que tinha como sua 20ª proposta a parceria estratégica com o ACNUR em torno dos atletas refugiados, e a criação de um fundo de 2 milhões de dólares para o apoio de projetos que tratassem da causa e de seus atletas (Freitas, 2022)¹⁵.

Além disso, outro marco foi a criação do Programa de Apoio aos Atletas Refugiados, que proporciona o apoio financeiro aos atletas por meio da concessão de bolsas individuais para contribuir com o custo de seus treinamentos¹⁶. Essa atuação do COI representou uma aproximação do comitê com pautas que estão em discussão na sociedade e teve seus reflexos no esporte, como nos Jogos de Tóquio, em 2021, onde a temática da migração se fez presente entre os atletas e onde 36,36% dos medalhistas de ouro possuíam mais de uma nacionalidade¹⁷ (Freitas, 2022).

Com o sucesso da Equipe Olímpica de Refugiados, recebida positivamente pela imprensa internacional e ovacionada durante a abertura dos jogos no Brasil, no Maracanã, observou-se uma comunhão dos atletas para além de sua nacionalidade, mas em torno de sua identidade como refugiado (Freitas, 2022).

Em seguida, nos Jogos de Tóquio 2021, 29 atletas, originários de onze países, competiram em doze categorias¹⁸. A equipe é financiada, desde 2017, pela Fundação de Refúgio Olímpico, organização não governamental que arrecada fundos para apoiar os atletas deslocados e pretende estender as suas iniciativas de inclusão por meio do esporte para jovens refugiados no longo prazo. A iniciativa do COI de constituir uma delegação de refugiados foi celebrada pelo ACNUR, que entende que a iniciativa é um importante passo para garantir a

¹⁵ Freitas, Guilherme. A aproximação do Movimento Olímpico com os novos tempos: o caso dos fluxos migratórios e a equipe olímpica de refugiados. *Olimpianos - Journal Of Olympic Studies*, [S.L.], v. 6, p. 129-143, 2022. *Olimpianos - Journal of Olympic Studies*. <http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v6.id142>.

¹⁶ Olympics. Refugee Athletes. Disponível em: <<https://olympics.com/en/olympic-refuge-foundation/refugee-athletes>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

¹⁷ O Globo. Olimpíada: Imigração marca trajetória de um a cada três medalhistas de ouro no atletismo em Tóquio, 06/08/2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/toquio-2020/olimpiada-imigracao-marca-trajetoria-de-um-cada-tres-medalhistas-de-ouro-no-atletismo-em-toquio-1-25142490>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

¹⁸ Olympics. Refugee Team. Disponível em: <<https://olympics.com/en/olympic-refuge-foundation/refugee-team>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

promoção da cidadania de pessoas deslocadas no mundo inteiro e evidenciar as diferentes crises de refugiados existentes atualmente¹⁹.

Neste ano, 2024, a equipe foi composta por 37 atletas refugiados de onze países, que competiram em 12 esportes, tendo conquistas notáveis e históricas nos Jogos de Paris²⁰. O destaque deste ano está na primeira medalha do time, conquistada pela boxeadora camaronesa Cindy Ngamba, que chegou ao pódio após ganhar uma medalha de bronze na categoria Boxe Feminino na faixa de peso dos 75kg²¹.

As conquistas observadas durante a última edição das olimpíadas não só ressaltaram a relevância do investimento em pessoas em situação de vulnerabilidade, como também colocaram em pauta a questão do refúgio e da incidência dos conflitos internacionais nessa comunidade.

Considerações Finais

A ideia de que a organização dos Jogos Olímpicos pode isolar o evento esportivo das tensões políticas e da conjuntura internacional é, na prática, impossível de sustentar. O evento, que reúne delegações de diversos países, reflete inevitavelmente os conflitos e as desigualdades do cenário global. Questões domésticas e internacionais aparecem tanto nas atitudes das delegações quanto nas reações das torcidas e na cobertura da mídia especializada. Apesar do discurso tradicional do COI de neutralidade e da crença de que o esporte pode servir como um elemento unificador entre as nações, o contexto contemporâneo evidencia que os Jogos Olímpicos estão cada vez mais politizados. Em edições recentes, a instituição tem assumido um papel mais ativo ao estabelecer parâmetros que buscam equilibrar a participação de países e atletas em meio a tensões políticas e sociais.

¹⁹ UNHCR. UNHCR celebrates historic Olympics with largest refugee team and first medal, 10/08/2024. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-celebrates-historic-olympics-largest-refugee-team-and-first-medal-0>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

²⁰ ACNUR. Equipe de Refugiados inspira e faz história na Olimpíada de Paris. 13/08/2024. Disponível em: <<https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/equipe-de-refugiados-inspira-e-faz-historia-na-olimpiada-de-paris#:~:text=A%20Equipe%20OI%C3%ADmpica%20de%20Refugiados%20foi%20criada%20pelo%20Comit%C3%AA%20OI%C3%ADmpico,maior%20evento%20esportivo%20do%20mundo>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

²¹ News UN. Historic first medal for Refugee Olympic Team, 05/08/2024. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2024/08/1152821>>. Acesso em: 16. dez. 2024.

Esse movimento reflete um esforço de adaptação do COI às pressões crescentes por maior representatividade, inclusão e alinhamento com valores globais de direitos humanos. O esporte não opera em um vácuo; ele está imerso nas dinâmicas de poder que moldam o mundo. Assim, os Jogos não apenas se tornam um espaço onde essas tensões são expostas, mas também um palco em que diferentes narrativas se encontram, seja na celebração do talento individual e coletivo, seja nas reivindicações por justiça, igualdade e reconhecimento.

As desigualdades econômicas entre as nações são outra faceta visível nos Jogos Olímpicos, onde no pódio predominam atletas de países com elevados índices de desenvolvimento humano e acesso a recursos significativos para a formação de atletas. Países marcados por disparidades socioeconômicas, enfrentam desafios para se destacarem no quadro de medalhas.

Apesar das desigualdades e tensões, iniciativas que promovem a inclusão têm ganhado destaque no cenário olímpico. Um exemplo significativo é a criação de programas direcionados a atletas refugiados e deslocados. Esses projetos mostram que, embora os Jogos não possam resolver conflitos ou desigualdades globais, o esporte desempenha um papel relevante na construção de oportunidades e na integração de populações marginalizadas. Essas iniciativas vão além da competição, funcionando como plataformas para dar visibilidade a questões humanitárias e para fomentar a sociabilidade em situações de vulnerabilidade.

Recebido para publicação em 02 de dezembro de 2024.

A Cúpula do G20 e a volta do protagonismo brasileiro no cenário internacional

*Débora Bedim Loures¹
João Gabriel Tavares²*

Introdução

Em novembro de 2024 o Brasil sediou a Cúpula de Chefes de Governo e Estado do G20 na cidade do Rio de Janeiro. O país atua como presidente temporário do “Grupo dos Vinte” desde novembro de 2023 após a 18ª Cúpula de Chefes de Governo e Estado realizada em Nova Delhi, na Índia. É a primeira vez que o Brasil exerce este cargo já no formato atual do Grupo, ou seja, com a realização de cúpulas de chefes de Estado, algo que teve início no final de 2008, em Washington (EUA), devido à crise econômica daquele ano (Lyrio; Pontes, 2024)³. A presidência tem duração de um ano, se encerrando em 1º de dezembro de 2024, após transmissão da mesma à África do Sul, próxima sede da Cúpula, em 2025. Em 2024, o Brasil compôs a chamada troika do G20, formada pela presidência anterior (Índia) e pela posterior (África do Sul).

O G20, também conhecido como “Grupo dos Vinte”, é composto pelas dezenove das principais economias do mundo, junto com a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), esta última sendo estado-parte desde 2023, após a Cúpula sediada em Nova Delhi, na Índia. Entre os Estados-membros estão: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Costumam participar das reuniões do G20 representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Mundial do Comércio (OMC), e o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴.

¹ Débora Bedim Loures é doutoranda em Ciências Militares pelo PPGCM/ECEME e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432628581429940>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>.

² João Gabriel Danon Tavares é doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ e pesquisador no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2101092123262641>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9470-0814>.

³ Lyrio, Mauricio Carvalho; Pontes, Kassius Diniz da Silva. O G20. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2024.

⁴ Viana, André R.; Cintra, Marcos Antonio M. G2: os desafios da coordenação global e da rerregulação financeira. Boletim de Economia e Política Internacional: IPEA, nº1, Janeiro de 2010. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4744/1/BEPI_n1_g20.pdf> Acesso em: 6 dez. 2024.



Criado originalmente em 1999, o G20 era, naquele momento, formado apenas pelos ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais dos 19 países mais a UE, tendo como objetivo principal auxiliar os países em desenvolvimento a superar os efeitos das crises financeiras que ocorreram no final daquela década⁵, assim como viabilizar instrumentos para conter as instabilidades econômicas⁶. Até então, eram realizadas dois tipos de reuniões pelo chamado G20 financeiro: uma a nível vice-ministerial (diretores de bancos centrais e secretários de assuntos internacionais dos Ministérios da Fazenda) e outra a nível ministerial (ministros das finanças e presidentes de bancos centrais).

O tema financeiro é, até hoje, aspecto central do G20, porém, com o passar dos anos, os encontros ganharam maior proeminência, passando a envolver tanto uma maior quantidade de temas como atores políticos de maior envergadura, como os chefes de Estado e de Governo. Após a crise econômica de 2008, os países em desenvolvimento promoveram movimentos de reforma no âmbito do G20 financeiro para que a solução e mitigação das consequências das crises financeiras fossem realizadas a partir de um sistema de coordenação internacional amplo (antes estas decisões estavam concentradas no G8 formado por EUA, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia). Nesse sentido, a diplomacia brasileira, junto a outros países em desenvolvimento e ao então presidente dos EUA, George W. Bush⁷, defenderam uma maior efetividade do G20 a partir da criação de uma plenária a nível de chefes de Estado e de Governo, de modo que essa passasse a ser o “principal locus decisório mundial”⁸.

A criação das atuais Cúpulas do G20 representou o reconhecimento de que a coordenação econômica internacional passaria, necessariamente, pela maior participação das economias em desenvolvimento e emergentes. Assim, o G20 passou a ser reconhecido como o principal fórum de cooperação econômica internacional, em substituição ao G8. Porém, a despeito de sua importância política, o G20 não tem capacidade de tomar decisões vinculantes. As decisões políticas são

⁵ As principais crises econômicas da década de 1990 ocorreram no México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998) e Brasil (1999). Em comum, todas elas apresentaram saída abrupta de capitais e ataques especulativos contra a moeda de tais países (Lyrio; Pontes, 2024).

⁶ Viana; Cintra. *Op. Cit.*, 2010.

⁷ Lyrio; Pontes. *Op. Cit.*, 2024.

⁸ Viana; Cintra. *Op. Cit.*, 2010.

tomadas por mais de 20 países (em geral, conta com outros países convidados, além de organizações internacionais multilaterais), mas sem capacidade de enforcement. O que pode ocorrer é que tais decisões venham a ser implementadas no âmbito da política doméstica, garantindo, assim, a sua efetividade a nível dos países que compõem o grupo (ou, ao menos, alguns deles). Outro caminho possível para sua implementação pode se dar mediante pressões da sociedade internacional, organizações internacionais como a ONU ou UE, por exemplo, ou por ações da sociedade civil, no sentido de que os países implementem tais decisões.

O grupo reflete a visão de governos responsáveis por uma ampla parcela da população e do PIB mundial - 2/3 e 85%, respectivamente⁹, o que não é algo trivial. Ademais, a Declaração anual reflete um relativo consenso em torno de alguns temas mundiais, como, por exemplo, o respeito a determinadas diretrizes do Direito Internacional, tais como o regime ambiental, comercial, de Direitos Humanos e Humanitário, além de apresentar enorme proximidade com outras decisões realizadas no âmbito da ONU e outras organizações multilaterais¹⁰. Apontam, dessa forma, para lógicas que tendem a ser seguidas, de um modo geral, pelos países e organizações internacionais para os próximos anos, ou décadas.

Após as mudanças no escopo das reuniões do G20, o país que preside o grupo anualmente é capaz de exercer grande influência na definição das agendas de discussão e nas minutas dos documentos debatidos¹¹, dando maior poder de decisão ao país que propõe assuntos para discussão internacional. Na agenda de 2024, o Brasil lançou três eixos prioritários, sendo eles: o combate à fome, à pobreza e à desigualdade; as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental); e a reforma da governança global¹². Com o slogan “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso, apontou que a reforma da governança global é necessária para que os países em desenvolvimento tenham condições de enfrentar o desafio da fome, da desigualdade e das mudanças

⁹ G20 Brasil 2024. E-book “Brasil na Presidência do G20”. Entenda o que é o G20 e quais as responsabilidades dos Brasil. 2024a. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

¹⁰ G20 Brasil 2024. Documentos. Declaração de Líderes do Rio de Janeiro. 19 nov. 2024b. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/documentos/declaracao-de-lideres-do-g20-brasil>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Brasil. Brasil assume a Presidência do G20 nesta sexta-feira (1/12). 30/11/2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/brasil-assume-a-presidencia-do-g20-nesta-sexta-feira-1-12>> Acesso em: 6 dez. 2024.



climáticas, buscando um “futuro mais justo para as suas populações”¹³. Em sua fala, durante a 18ª Cúpula de Chefes de Governo e Estado, o presidente Lula afirmou:

“Queremos maior participação dos países emergentes nas decisões do Banco Mundial e do FMI. A insustentável dívida externa dos países pobres precisa ser equacionada. A OMC tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa voltar a funcionar. Para recuperar sua força política, o Conselho de Segurança da ONU precisa contar com a presença de novos países em desenvolvimento entre seus membros permanentes e não permanentes.” (BRASIL, 2023)¹⁴

Acompanhando o discurso do mandatário brasileiro, Fernando Haddad, atual Ministro da Fazenda, reforçou a importância dos temas escolhidos pelo Brasil em sua presidência no G20, e destacou que essa posição retornará em ganhos para o país. Segundo Haddad, “o G20 é a nossa chance de botar a mão na massa e fazer o motor externo funcionar da melhor maneira possível para os interesses do Brasil e dos demais países da América Latina”, e completou afirmando “[...] temos que usar essa oportunidade para avançar nossa visão de um mundo mais integrado”¹⁵. Nesse sentido, o G20 é a oportunidade de projeção internacional que o governo Lula III esperava, uma vez que, logo após sua eleição, era conjecturado o retorno do Brasil como um dos principais líderes mundiais, com capacidade de articular desde a busca pela resolução de conflitos que emergem na atual geopolítica internacional, ao fomento a uma ordem internacional mais inclusiva ao Sul Global. Para Mauro Vieira, atual ministro das Relações Exteriores, esta seria a chance do Brasil assumir maior protagonismo internacional: “Se o ano de 2023 marcou o retorno do Brasil ao mundo, 2024 será o ano em que o mundo voltará ao Brasil”, afirmou o chanceler¹⁶.

Com base nessa contextualização, este artigo tem como objetivo central analisar os principais resultados da presidência brasileira no G20, principalmente no que concerne ao G20 Social (iniciativa brasileira) e à Cúpula de Chefes de Estados e Governos, que aconteceram no Rio de Janeiro, em novembro de 2024. Cumpre destacar os resultados que essa Cúpula trouxe para a imagem do Brasil,

¹³ Brasil. *Op. Cit.*, 2023.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Poder 360. Brasil pode usar o G20 para pautar reforma do FMI, diz Haddad. 23/11/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-pode-usar-o-g20-para-pautar-reforma-do-fmi-diz-haddad/>>. Acesso em: 6 dez. 2024.

¹⁶ Haubert, Mariana. Brasil assume presidência do G20 e mira projeção internacional. Poder 360, 01/12/2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-assume-presidencia-do-g20-e-mira-projecao-internacional/>>. Acesso em: 6 dez. 2024.



assim como o modo pelo qual a Declaração dos Líderes do Rio de Janeiro projeta elementos almejados pela sociedade internacional para as próximas décadas. Para tanto, além desta introdução, o artigo possui outras 4 seções, incluindo as considerações finais, na qual se destaca a importância do Brasil sediar evento internacional de tal magnitude, de modo que isso pode propiciar ao país maior protagonismo nas decisões multilaterais que impactam tanto a comunidade internacional, como a nacional. As três seções que compõem esse artigo trazem informações sobre a organização da diplomacia brasileira para o evento, bem como a inovação brasileira com o G20 Social e os principais resultados da Cúpula dos Chefes de Estados e de Governos do G20 em 2024.

Aspectos organizacionais da Cúpula do G20 no Brasil e o papel da diplomacia brasileira

A organização do G20 no Brasil exigiu uma mobilização da diplomacia brasileira ao longo do ano. Em parceria com outros ministérios e instituições nacionais, o Itamaraty foi responsável por coordenar desde a preparação logística e definição da agenda até a construção de consensos internacionais com diplomatas de outros países¹⁷. Ao todo, foram organizadas mais de uma centena de reuniões de trabalho e forças-tarefas do G20, realizadas de maneira virtual e presencial e divididas nas cidades-sede das cinco regiões do Brasil, e em algumas outras cidades fora do país, como Atlanta, Paris e Bruxelas^{18 19}.

Desde 2008, o G20 atua a partir de duas linhas: a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças²⁰. A Trilha dos Sherpas, responsável por diversos assuntos multilaterais, foi coordenada, prioritariamente, pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE, ao passo que a trilha das finanças teve como responsável principal a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda²¹.

A Trilha de Sherpas²² é formada por emissários pessoais dos líderes do G20, que são responsáveis por supervisionar as negociações, discutir os pontos que formam a agenda da Cúpula no ano vigente, coordenando a maior parte do

¹⁷ Ver, para tanto, a criação da Comissão nacional para a Coordenação da Presidência do G20, instituída mediante Decreto nº 11.561 de 13 de junho de 2023, o qual dispôs sobre as instâncias de governança para a participação do país na presidência e na troika do G20.

¹⁸ Presidência da República. G20 Brasil 2024. Ministério do Trabalho e Emprego. Construindo um mundo justo e um planeta sustentável, s/a. Disponível em: <[https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/g20-brasil-2024#:~:text=O%20G20%20conta%20com%20presid%C3%A2ncias,Sul%20\(Presid%C3%A2ncia%20de%202025\)](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/g20-brasil-2024#:~:text=O%20G20%20conta%20com%20presid%C3%A2ncias,Sul%20(Presid%C3%A2ncia%20de%202025)>)>. Acesso em: 7 dez. 2024.

¹⁹ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024a.

²⁰ Lyrio; Pontes. *Op. Cit.*, 2024.

²¹ *Ibidem*.

²² Este nome é inspirado em etnia da região montanhosa do Nepal, que, em linguagem tibetana, significa “povo do leste”. São conhecidos como “guardiões da montanha”, sendo responsáveis por guiar os alpinistas que querem chegar ao “topo da montanha”, especialmente no Monte Everest (Nakamura, 2024).

trabalho²³. Além disso, os Sherpas são responsáveis por reportar aos chefes de Estado e de Governo o andamento das negociações, podendo sugerir estratégias ou destacar pontos de interesse nacional a serem abordados durante a Cúpula²⁴. Durante a presidência brasileira, a Trilha de Sherpas foi responsável por 15 grupos de trabalho (GT's), 2 forças-tarefas - as quais foram responsáveis por organizar os documentos relativos à *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza* e à *Mobilização Global contra a Mudança do Clima* - e uma *Iniciativa sobre Bioeconomia*²⁵. Os diplomatas dos países membros do G20 foram divididos em 15 GT's para discutir temas como: Agricultura; Anticorrupção; Comércio e Investimentos; Cultura; Desenvolvimento; Economia Digital; Educação; Empoderamento de Mulheres²⁶; Pesquisa e Inovação; Sustentabilidade Ambiental e Climática; Emprego; Transições Energéticas; Redução do Risco de Desastres; Turismo; Saúde²⁷.

O “topo da montanha” acontece na Cúpula dos Chefes de Estado²⁸, sendo este o ápice das mais de cem reuniões e encontros de GT's realizados ao longo do ano. Na Cúpula, os Sherpas direcionam as discussões para os respectivos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, resultando na elaboração da declaração final do G20²⁹, documento síntese de tudo que foi discutido na respectiva presidência. No caso da presidência brasileira, o Sherpa indicado pelo governo foi o embaixador Maurício Lyrio, então secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty.

Em paralelo, a Trilha das Finanças trata sobre assuntos macroeconômicos estratégicos, tema que deu razão à criação do G20, em 1999³⁰. Ela é formada pelos responsáveis pela economia dos Estados-Membros, isto é, os ministros das Finanças e presidentes dos bancos centrais dos países que compõem o G20. A coordenadora desta Trilha durante a presidência brasileira foi a economista e diplomata Tatiana Rosito, atual secretária de Assuntos Internacionais do

²³ Brasil. *Op. Cit.*, 2023.

²⁴ Loureiro, Cláudia. Sherpas: o que são e o que fazem os “guias” do G20. G1, 17/11/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/g20/noticia/2024/11/17/sherpas-o-que-sao-e-o-que-fazem-os-guias-do-g20.ghtml>> Acesso em: 7 dez. 2024.

²⁵ UERJ. Faculdade de Comunicação Social. O que o G20 decidiu sobre bioeconomia – e o que isso tem a ver com a sua vida. 14/10/2024. Disponível em: <<https://www.fcs.uerj.br/2024/10/14/o-que-o-g20-decidiu-sobre-bioeconomia-e-o-que-isso-tem-a-ver-com-a-sua-vida/#:~:text=No%20G20%2C%20as%20discuss%C3%B5es%20sobre,a%20promo%C3%A7%C3%A3o%20do%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

²⁶ Criado na Cúpula de Nova Delhi, em 2023 (Lyrio; Pontes, 2024).

²⁷ Nakamura, João. Cúpula de líderes do G20 no Brasil: tudo que você precisa saber sobre o evento. CNN, 17/11/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/cupula-de-lideres-do-g20-no-brasil-tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-o-evento/>> Acesso em: 7 dez. 2024.

²⁸ A palavra “cúpula” pode ser traduzida na língua inglesa para summit, que também significa o cume, ou seja, o alto da montanha.

²⁹ Nakamura. *Op. Cit.*, 2024.

³⁰ Lyrio; Pontes. *Op. Cit.*, 2024.

Ministério da Fazenda³¹. Em 2024, a Trilha das Finanças apresentou como prioridades a discussão acerca da reforma das instituições financeiras internacionais - visando ao aumento da representatividade dos países subdesenvolvidos nas mesmas - e a defesa de uma tributação internacional justa, mediante ações para controlar a evasão fiscal (transparência de recursos a paraísos fiscais) e garantir a tributação sobre os super-ricos³². Além dessas questões, o ministro Haddad, na coletiva de imprensa que aconteceu após a reunião no Palácio de Planalto para instalação da Comissão Nacional do G20, apontou para os esforços manejados para resolver o problema da dívida externa dos países pobres³³, outro elemento que denota a defesa realizada por parte do governo brasileiro atual dos interesses e necessidades dos países do Sul Global, um marco da política exterior dos governos petistas.

“Nossas prioridades da trilha financeira serão trabalhar para prevenir riscos por meio de coordenação eficaz de políticas econômicas e financeiras, colocar a desigualdade no centro da agenda macroeconômica a nível global, promover o fluxo contínuo de recursos concessionais para países de baixa e média renda, avançar na resolução da dívida externa desses países, em particular dos países africanos, e criar mecanismos apropriados para o compartilhamento de risco entre o capital público e privado para promover mudanças ecológicas equitativas” (Poder 360, 2023).

Em posse da presidência, o Brasil promoveu maior integração e conexão entre as duas trilhas. Nas Cúpulas anteriores, uma reunião conjunta era feita após a Cúpula final dos Chefes de Estado e Governo, porém, na presidência brasileira, houve a antecipação desta reunião, algo inédito. O objetivo fora mapear intersecções e alinhar os caminhos entre os setores social e ambiental junto ao setor financeiro. Com isso, no dia 13 de dezembro de 2023, uma reunião conjunta entre a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças organizou os temas que seriam discutidos no G20 do Brasil, assim como métodos e fluxos de trabalhos durante o ano subsequente. Segundo o embaixador Mauricio Lyrio, sherpa brasileiro, a ideia da aproximação das duas trilhas se deu no sentido de garantir “capacidade de convergência para uma cúpula dos líderes que adote as decisões que foram

³¹ Brasil. *Op. Cit.*, 2023.

³² G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b.

³³ Poder 360. *Op. Cit.*, 2023.

negociadas ao longo do período”³⁴. Por sua vez, Rosito destacou a importância dessa coordenação para integrar assuntos socioambientais na agenda da economia e das finanças: “buscamos trazer a desigualdade para o centro da agenda. É uma grande oportunidade o olhar de uma globalização solidária, da transformação ecológica para o núcleo da agenda econômica e financeira”³⁵.

Em novembro de 2024, ocorreu reunião do Sherpas como evento preparatório para a Cúpula de Líderes do G20. O cronograma brasileiro previa que esta reunião seria realizada em quatro dias, entretanto, devido a divergências, a reunião foi estendida por mais dois dias. A guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza foram os assuntos responsáveis pelas principais divergências de pontos de vista³⁶. Os noticiários divulgaram que essas tratativas foram feitas de maneira restritiva, visto a concentração decisória apenas nos países-membros do G20, sem a presença dos convidados, e com apenas uma pessoa por delegação. No entanto, o objetivo desta restrição perpassou os esforços brasileiros de tentar chegar a um acordo mínimo sobre como abordar o tema no comunicado final do G20³⁷.

Além disso, a Argentina de Javier Milei, a despeito de discordar de temas como a taxação das grandes fortunas, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a igualdade de gênero e o conflito israelo-palestino, terminou, ao fim da cúpula, por subscrever a Declaração final da cúpula dos líderes³⁸. Já a proposta de taxação dos super-ricos surgiu em julho de 2024 na reunião dos ministros das Finanças do G20 (Trilha das Finanças). Voltada para a diminuição das desigualdades, a sugestão brasileira fora a de cobrar um imposto de 2% sobre fortunas acima de 1 bilhão de dólares³⁹. Apesar disso, alguns ministros afirmaram na ocasião que criar um sistema de tributação global é difícil e que se trata de um debate que poderá perdurar por anos. Segundo Janet Yellen, Secretária do Tesouro dos EUA, “a política tributária é muito difícil de ser coordenada globalmente e não vemos a necessidade ou não achamos que seja

³⁴ Agência GOV. Começam os trabalhos: reuniões do G20 ocorrem nesta semana em Brasília. 10/12/2023. Disponível em: <<https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202312/comecam-os-trabalhos-reunioes-do-g20-acontecem-esta-semana-em-brasilia>> Acesso em: 8 dez. 2024.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Moliterno, Danilo. Emissários do G20 estendem discussões e desfecho na véspera da Cúpula não está descartado. CNN, 16/11/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/emissarios-do-g20-estendem-discussoes-e-desfecho-na-vespera-da-cupula-nao-esta-descartado/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

³⁷ Nakagawa, Fernando. G20: A grande dúvida do comunicado e algumas certeza no Rio. CNN, 15/11/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/fernando-nakagawa/economia/macroeconomia/g20-a-grande-duvida-do-comunicado-e-algumas-certezas-no-rio/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

³⁸ Folha de S. Paulo. Declaração Final do G20 mantém Pontos Criticados por Argentina e dá Peso Maior a Gaza. 18/11/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/11/declaracao-final-do-g20-mantem-pontos-criticados-por-argentina-e-da-peso-maior-a-gaza.shtml>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

³⁹ Reuters. Imposto sobre super-ricos é bem recebido no G20, mas difícil de implementar, dizem autoridades. 25/07/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/imposto-sobre-super-ricos-e-bem-recebido-no-g20-mas-dificil-de-implementar-dizem-autoridades/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

desejável tentar negociar um acordo global sobre isso”⁴⁰. Ainda assim, a declaração pretendeu tratar de maneira genérica a vontade do Brasil em criar um sistema global de taxaço dos super-ricos. Os parágrafos 19 a 21 da Declaração tratam do tema da tributação progressiva e mecanismos antievasão fiscal, inclusive defendendo o desenvolvimento de uma *Convenção-Quadro sobre Cooperação Tributária Internacional* e seu protocolo, no âmbito da ONU⁴¹.

O encontro dos sherpas foi finalizado no dia 17 de novembro de 2024, às vésperas da reunião de Cúpula, mediante “esboço” da declaração final discutida pelos líderes do G20 na Cúpula de 18 e 19 de novembro. Entretanto, alguns países como Argentina, EUA e Rússia criticaram trechos específicos do texto final. Para os argentinos, além da questão envolvendo a taxaço dos super-ricos, itens relacionados à Agenda 2030, como o empoderamento feminino, entraram na mira do governo Milei, ao passo que, para os EUA, os pontos mais criticados estiveram relacionados à reforma da governança global⁴².

Outra inovação brasileira durante sua presidência do G20 foi a maior abertura à sociedade civil nas discussões do grupo - o chamado G20 Social, que ocorreu no Rio de Janeiro dias antes da Cúpula. Foram mais de 271 atividades, debates, conversas e mesas temáticas organizadas por movimentos sociais, grupos de engajamento, organismos internacionais, conselhos, universidades, governos, setor privado, entre outros, do Brasil e do exterior⁴³. Para Márcio Macêdo, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, o G20 Social é um legado brasileiro para as próximas Cúpulas, demonstrando que não apenas os líderes, mas também a população é capaz de sugerir formas de “[...] construir um futuro melhor para a humanidade”⁴⁴, democratizando instâncias decisórias.

A Cúpula Social do G20 aconteceu entre os dias 14 e 16 de novembro de 2024, e, como resultado, foi entregue ao presidente Lula uma declaração final. Essa declaração trouxe a ambição de reunir propostas da sociedade civil, as quais os líderes da Cúpula deveriam levar em consideração no processo decisório. Os tópicos se dividiram nos três eixos propostos pelo governo brasileiro à frente do

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b.

⁴² Moliterno, Danilo. Sherpas finalizam trabalhos no G20 e revisam parágrafos de declaração junto a governos. CNN, 17/11/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/sherpas-finalizam-trabalhos-no-g20-e-revisam-paragrafos-de-declaracao-junto-a-governos/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

⁴³ Fuentes, Patrick. G20: Entenda como a cúpula afeta a economia brasileira e mundial. CNN, 15/11/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/g20-entenda-como-cupula-afeta-a-economia-brasil-e-mundial/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

⁴⁴ Souza, Renata. G20 Social: veja na íntegra a declaração final da cúpula. CNN, 16/11/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/g20-social-veja-integra-de-declaracao-final-da-cupula/>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

G20: combate à fome, à pobreza e à desigualdade; o desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e reforma da governança global⁴⁵.

A Cúpula dos Líderes de 2024 e Principais Elementos da Presidência Brasileira no G20

Todos os três pontos propostos pelo governo brasileiro transpareceram nos resultados da reunião - que foi realizada entre 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro. A Cúpula foi o ponto culminante, e final, da presidência brasileira no G20, que durou de 1º de dezembro de 2023 a 1º de dezembro de 2024. Além dos atuais membros do G20, o ano brasileiro na presidência do grupo contou com países e organizações multilaterais convidadas. Foram um total de oito países convidados⁴⁶, cinco bancos e fundos multilaterais⁴⁷, e, além da própria ONU, seis organizações vinculadas a ela⁴⁸ ⁴⁹. Em realidade, o Brasil é membro da troika do G20 desde 2023, de modo que instituiu a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 ainda em junho de 2023⁵⁰. O Decreto Federal 11.561 de 2023 criou a comissão responsável por coordenar os trabalhos realizados durante a presidência brasileira, tanto no que diz respeito à Trilha dos Sherpas (coordenada pelo Itamaraty) como à trilha das finanças (coordenada pelo Ministério da Fazenda), assim como estabeleceu um comitê técnico, o qual foi responsável pela logística dos eventos realizados.

Enquanto a Trilha das Finanças discute temas como economia, finanças e comércio mundial, a Trilha dos Sherpas engloba uma maior variedade temática, abarcando questões como meio ambiente, saúde, educação, turismo etc.⁵¹. Os dois primeiros grupos de trabalho da trilha dos sherpas foram criados em 2010, tratando do combate à corrupção e desenvolvimento econômico. No ano subsequente, os GT's de emprego e agricultura foram estabelecidos⁵². Atualmente

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Os países convidados foram: Egito, Nigéria e Angola (África); Noruega, Espanha e Portugal (Europa); Emirados Árabes Unidos (Oriente Médio); Singapura (Ásia).

⁴⁷ Os bancos e fundos multilaterais convidados foram: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Mundial (Bird); Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF); Fundo Monetário Internacional (FMI); Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD).

⁴⁸ Além da própria ONU, organizações vinculadas a ela que foram convidadas foram: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização Mundial da Saúde (OMS); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁴⁹ G20 Brasil 2024. *Op Cit.*, 2024a.

⁵⁰ Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 11.561, de 13 de junho de 2023. Institui a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 pela República Federativa do Brasil e dispõe sobre as instâncias de governança para a participação da República Federativa do Brasil na presidência e na troika do G20. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11561.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.561%2C%20DE%2013,e%20na%20tr-oika%20do%20G20>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁵¹ Lyrio; Pontes. *Op. Cit.*, 2024.

⁵² *Ibidem*.

há um total de quinze GT's, sendo os mais recentes, o de empoderamento feminino (criado na presidência indiana) e o de pesquisa e inovação, este, estabelecido na presidência brasileira⁵³. Por sua vez, a trilha das finanças possui sete grupos técnicos, que lidam com questões relativas ao setor financeiro, arquitetura financeira internacional, economia global, finanças sustentáveis, inclusão financeira, tributação internacional e infraestrutura⁵⁴. Em ambas as trilhas, porém, os GT's reúnem-se regularmente, podendo incluir os países e organizações convidadas pela presidência de então.

A trilha das finanças conta com uma força-tarefa, criada em 2021, destinada a melhorar o diálogo e cooperação no que diz respeito ao combate à pandemia da COVID-19. Esta conta com apoio do Banco Mundial, e visa, principalmente, fornecer soluções práticas para questões globais de saúde⁵⁵. Outras duas forças-tarefas, abarcando temas para além do universo das finanças e economia, ainda que também envolvendo o aspecto financeiro, foram estabelecidas pela presidência brasileira no âmbito da Trilha dos Sherpas: a força-tarefa para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza⁵⁶ e a força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima⁵⁷. Como se vê, as duas últimas dialogam, diretamente, com dois dos três eixos da presidência brasileira.

A despeito de ter sido lançada, oficialmente, apenas no primeiro dia da Cúpula dos Líderes, em 18 de novembro, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, por ter sido uma força-tarefa criada pelo Brasil, já vinha sendo trabalhada desde o início da presidência do país. Assim, em 24 de setembro de 2024, reunião ministerial da força-tarefa aprovou documentos constitutivos da Aliança, incluindo o documento fundacional “unidos contra a fome e a pobreza”⁵⁸. Por sua vez, a força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima foi estabelecida no intuito de promover o diálogo de alto nível entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais com o objetivo de promover alinhamento macroeconômico e financeiro na busca pela implementação dos objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e do Acordo de Paris⁵⁹.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024a.

⁵⁵ G20 BRASIL 2024. Trilha de Finanças. Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde. 2024. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-financas/financas-saude>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁵⁶ G20 BRASIL 2024. Trilha de Sherpas. Força-tarefa para Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. 2024c. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/fome-e-pobreza>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁵⁷ G20 BRASIL 2024. Trilha de Sherpas. Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima. 2024d. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/mudanca-climatica>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁵⁸ G20 Brasil 2024. *Op Cit.*, 2024c.

⁵⁹ G20 Brasil 2024. *Op Cit.*, 2024d.



A Declaração de Líderes do Rio de Janeiro e seus Principais Aspectos

A Declaração da Cúpula do G20 é composta de cinco partes principais. Em três delas, veem-se refletidos os eixos prioritários da presidência brasileira, ao passo que duas partes menores abordam o contexto político-econômico atual e a questão da inclusividade e eficácia do G20⁶⁰. Em realidade, 73% da Declaração, que possui 85 parágrafos, trata de temas concernentes aos três eixos da presidência brasileira, aprofundando-os.

Em um contexto de crises e desafios de ordem geopolítica, socioeconômica, climática e ambiental, o foro seria local adequado para buscar respostas a tais desafios⁶¹. Além da situação econômica crítica, onde há crescimento das desigualdades entre países e baixas perspectivas de crescimento econômico a nível mundial, outro aspecto enfatizado entre os parágrafos 2º a 13 da Declaração (intitulado de *Situação Econômica e Política*) são os conflitos e a resolução pacífica de disputas. Nesse sentido, além de condenarem o terrorismo e defenderem um mundo livre de armas nucleares, os líderes do G20 manifestaram-se em prol do direito palestino à autodeterminação, de um cessar-fogo na faixa de Gaza e no Líbano, além de apontarem para os impactos negativos da Guerra da Ucrânia para além do conflito em si⁶². De fato, um dos pontos polêmicos da cúpula foi a divergência entre países do G7 e emergentes no que diz respeito a esses dois conflitos. Se, por um lado, membros do G7 pressionaram por uma condenação à Rússia, países em desenvolvimento foram mais enfáticos à condenação a Israel na atual crise israelo-palestina⁶³.

A parte seguinte da Declaração abordou a temática da *inclusão social e combate à fome e à pobreza*, portanto, dialogando com o eixo *combate à fome, à pobreza e às desigualdades*. De fato, o combate à fome é um dos pontos principais enfatizados pelo presidente Lula em seus discursos^{64 65 66 67}, além de

⁶⁰ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ Folha de S. Paulo. *Op. Cit.*, 2024.

⁶⁴ G20 Brasil 2024. Discurso do Presidente Lula na Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20. Discurso lido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20, em Nova York, nos Estados Unidos, em 25 de setembro de 2024. 2024e. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-abertura-da-reuniao-ministerial-do-g20>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁶⁵ G20 Brasil 2024. Discurso do Presidente Lula no Lançamento da Aliança Global Contra a Fome e A Pobreza. 2024f. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discurso-do-presidente-lula-no-lancamen-to-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁶⁶ G20 Brasil 2024. Discurso do Presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global. 2024g. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discurso-do-presidente-lula-na-2a-sessao-da-reuniao-de-lideres-do-g20-reforma-das-instituicoes-de-governanca-global>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁶⁷ G20 Brasil 2024. Discurso do Presidente Lula na Sessão de Encerramento da Cúpula do G20 e Transmissão da Presidência para a África do Sul. 2024h. Disponível em: <<https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-encerramento-da-cupula-do-g20-e-transmissao-da-presidencia-para-africa-do-sul>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

um dos aspectos principais das políticas públicas implementadas pelos governos petistas anteriores, como o programa Fome Zero, por exemplo. Relacionado à redução da pobreza e das desigualdades, o combate à fome é mencionado de forma específica nos parágrafos 14 a 16, 22 e 23 da Declaração. A necessidade de mais políticas econômicas que fomentem o crescimento econômico e criem empregos é uma das propostas apresentadas com o objetivo de erradicar a fome, contrapondo-se ao aumento global das pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. A *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza* abarca inúmeros elementos, tais como: mobilização de financiamento; compartilhamento de conhecimento; implementação de programas específicos, como, por exemplo, os de transferência de renda ou alimentação escolar; proteção social; acesso a financiamento. Além do mais, o combate à fome também pode ser alcançado mediante o aumento da produtividade agrícola doméstica, a redução do desperdício de alimentos e a diversificação das cadeias de suprimento a níveis locais, regionais e internacionais⁶⁸.

Outro tema que vem promovendo debates na sociedade brasileira, o qual vem sendo enfatizado pelo presidente Lula e pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, trata da taxação dos super-ricos. Tal aspecto relaciona-se à própria defesa da tributação progressiva como um instrumento capaz de reduzir as desigualdades a nível doméstico, fortalecer o aparato fiscal e facilitar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS's. Os desafios vividos por países mais pobres, como as pressões sobre o orçamento público que advém da implementação de tais políticas, é outro aspecto enfatizado na Declaração, o que diz respeito também ao combate às desigualdades, inclusive à desigualdade étnico-racial e de gênero. Para tanto, é também necessária uma maior igualdade no que concerne ao acesso a saneamento, água potável e ao sistema de saúde em geral. A promoção da educação, dos direitos dos trabalhadores e o fomento à pesquisa e inovação são outros elementos que compõem o eixo de combate à fome, à pobreza e às desigualdades.

⁶⁸ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b.

A seção seguinte da Declaração tratou do tema do *desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática*, também um dos eixos prioritários da presidência brasileira do G20, e que contou com uma força-tarefa⁶⁹. Nesse trecho da Declaração de Líderes do Rio de Janeiro, o compromisso com o multilateralismo torna-se bastante claro, indicando um caminho para o atual regime ambiental, não apenas no que diz respeito ao combate às mudanças climáticas, mas também, especificamente, ao compromisso com a aceleração da transição energética. O texto reconhece a necessidade de intensificar ações para enfrentar desafios e crises decorrentes das mudanças climáticas, assim como de outros problemas ambientais como a degradação dos oceanos e do solo, a poluição, a desertificação e a perda da biodiversidade. Os líderes comprometeram-se com a redução das emissões de gases de efeito estufa, atingindo a meta de emissões líquidas zeradas até 2050, o que também será feito mediante aumento da eficiência energética, planejamento energético, fim dos subsídios aos combustíveis fósseis e criação de um mercado global voltado às novas energias⁷⁰.

O comprometimento com o regime ambiental internacional – e, de modo similar, com o multilateralismo, o qual se verifica ao longo de toda a Declaração – é observado no apoio conferido ao Acordo de Paris, às conferências das partes da UNFCCC e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCCD), ao Acordo BBNJ⁷¹ e no apoio à conclusão de acordo que trate do combate à poluição plástica, ainda em negociação⁷². Além do mais, no âmbito do próprio G20 foi lançada a Iniciativa sobre Bioeconomia, com 10 princípios, os quais foram enunciados no encontro do grupo sobre o tema, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 2024⁷³.

Por fim, o trecho sobre *reforma das instituições de governança global* abarca, além da reforma de organizações internacionais como a ONU e a Organização Mundial do Comércio (OMC), a reformulação da arquitetura financeira internacional e a temática da inteligência artificial. O parágrafo 62 da Declaração afirma compromisso do grupo com os princípios do Direito

⁶⁹ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024d.

⁷⁰ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b.

⁷¹ O Acordo sobre a Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica Marinha de Áreas Além da Jurisdição Nacional (Acordo BBNJ, ou Tratado do Alto-Mar), de 2024, está vinculado à Convenção de Montego Bay de 1982, que trata sobre direito do mar.

⁷² Nações Unidas Brasil. Negociações sobre Poluição Plástica são Adiadas. 3 dez. 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/285012-negocia%C3%A7%C3%B5es-sobre-polui%C3%A7%C3%A3o-pl%C3%A1stica-s%C3%A3o-adiadas#:~:text=Em%20mar%C3%A7o%20de%202022%2C%20na,pl%C3%A1stica%2C%20inclusive%20no%20ambiente%20marinho>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

⁷³ UERJ. *Op. Cit.*, 2024.

Internacional e da Carta da ONU, assim como “com instituições renovadas e uma governança reformada que seja mais representativa, eficaz, transparente e responsável, refletindo as realidades sociais, econômicas e políticas do século XXI”⁷⁴.

No que concerne à reforma da ONU, são mencionadas mudanças e melhorias no âmbito da Assembleia Geral (AGNU), do Conselho de Segurança (CSNU), do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), do Secretariado-Geral (SG) e da Comissão de Consolidação da Paz (CCP). Quanto à AGNU, a Declaração do Rio menciona um revigoramento da mesma mediante uma maior atuação em questões de paz e segurança e aumento de candidatas mulheres para o cargo de presidente da Assembleia Geral. A busca por maior representatividade também é aspecto mencionado no que concerne à reforma do SG, não apenas no que diz respeito a questões de gênero, mas também às questões de transparência, distribuição geográfica equitativa e rotação de nacionalidades. Já em âmbito do CSNU, há a defesa de reforma que torne o órgão mais representativo, democrático, inclusivo, eficaz e transparente. Por fim, a busca de maior apoio político e financeiro encontram-se correlacionadas às reformas no âmbito do ECOSOC e CCP.

Quanto à reforma da arquitetura financeira internacional, a Declaração aponta para a necessidade de aumentar a representação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões dos bancos multilaterais e outras instituições financeiras afins. A busca pelo realinhamento das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para que melhor reflitam a nova realidade econômica mundial é mencionada, assim como a busca de maior apoio por parte do Banco Mundial aos países de renda baixa e média. Já no que diz respeito ao regime comercial internacional, os países comprometem-se com o retorno do funcionamento do sistema de solução de controvérsias da OMC, assim como com um regime comercial baseado em regras e previsibilidade, algo que não tem sido plenamente observado nos últimos anos.

⁷⁴ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b. p. 18.

Considerações Finais

Após um ano de atividades intensas, com a realização de mais de uma centena de reuniões de grupos de trabalho e encontros ministeriais, a presidência brasileira do G20, que chegou ao fim em 1º de dezembro de 2024, foi substituída pela presidência da África do Sul, que promoverá as atividades do G20 em 2025, principalmente. Apesar de sua saída, o Brasil deixa legado importante ao G20 e à política internacional para os próximos anos. Foram iniciativas brasileiras: o G20 Social; a força-tarefa para Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; a força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima; a Iniciativa sobre Bioeconomia; a criação do GT de pesquisa e inovação na trilha dos sherpas; e a realização da reunião conjunta das trilhas dos sherpas e das finanças logo ao início da presidência, ao invés de após a cúpula.

Os três eixos propostos pelo Brasil se viram contemplados na Declaração de Líderes do Rio de Janeiro. A *reforma da governança global* foi um dos pontos-chaves dos debates do G20 no que diz respeito à arquitetura financeira internacional ao menos desde a crise de 2008, tendo em vista o aumento da importância dos países emergentes na economia internacional ao longo das últimas décadas. Por sua vez, com a criação da trilha dos sherpas e a inclusão de temas políticos que se seguiram, verifica-se, atualmente, que as questões que envolvem a reforma não apenas de instituições como FMI e Banco Mundial, mas também da ONU emergiram. A Declaração de 2024 do G20 apontou para a necessidade de reformar diversas instituições ligadas à ONU, como a AGNU, CSNU, ECOSOC, SG e CCP.

Por sua vez, o combate à fome e à pobreza surgiu como um dos elementos característicos da presidência brasileira, em tema tradicionalmente caro aos governos petistas. A busca pela erradicação da fome e da pobreza, conforme prenunciado na *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza*, aponta para uma série de medidas que poderão ser tomadas nos próximos anos, desde que haja vontade de atores políticos e econômicos para tal. O empenho da diplomacia brasileira na promoção da aliança e atração de novos atores, inclusive o refratário presidente argentino Javier Milei, foi perceptível, não apenas por parte do Itamaraty, mas, principalmente, pelo próprio presidente Lula, conforme se verifica em alguns de

seus discursos ⁷⁵ ⁷⁶ ⁷⁷ ⁷⁸. O combate à fome e à pobreza tem sido, tradicionalmente, uma das principais prioridades dos governos petistas.

Quanto ao tema do desenvolvimento sustentável, é notável o comprometimento do governo Lula com o tema. Ainda antes de sua posse, Lula fora convidado à Conferência das Partes (COP) da UNFCCC, realizada no Egito em novembro de 2022⁷⁹. Logo ao tomar posse, o novo governo, procurando alterar os descompromissos da administração Jair Bolsonaro (2019-2022) com o regime ambiental internacional, anunciou um claro comprometimento com as normas ambientais internacionais, o que se refletiu no lançamento da candidatura brasileira para sediar a COP-30 de Mudanças Climáticas⁸⁰. Essa prioridade conferida à temática pela atual diplomacia se verificou, no âmbito do G20, mediante o estabelecimento do tema do desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática como um dos três eixos prioritários da presidência brasileira. A Declaração de Líderes, fruto das negociações e encontros dos GT's que ocorreram ao longo de 2024, indicou grande convergência com o regime ambiental internacional, defendendo não apenas o auxílio financeiro aos países mais pobres no que diz respeito à realização plena da transição energética, mas também a implementação das normas estabelecidas na UNFCCC, UNCCD, Acordo de Paris, dentre outros regramentos ambientais internacionais.

Ainda que sem capacidade de enforcement, as decisões do G20 e os elementos contidos na Declaração de Líderes do Rio de Janeiro, apontam para um caminho possível na política internacional para os próximos anos. O consenso possível, ainda que não imune a divergências, dialoga com diversos elementos do Direito Internacional, como os regimes ambiental, humanitário e de âmbito securitário, de modo que as decisões tomadas não são divergentes a respeito do modo como os países no ambiente multilateral vem tratando essas questões. O que a Declaração promove é o aprofundamento do debate, trazendo novos elementos para a concretização do desenvolvimento sustentável, do combate às desigualdades e da reforma da governança global.

Recebido para publicação em 16 de dezembro de 2024.

⁷⁴ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024b. p. 18.

⁷⁵ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024e.

⁷⁶ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024f.

⁷⁷ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024g.

⁷⁸ G20 Brasil 2024. *Op. Cit.*, 2024h.

⁷⁹ Biernath, André; Passarinho, Nathalia. COP27: cinco destaques do discurso de Lula na cúpula. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63614417>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

⁸⁰ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Nota à Imprensa nº 11. Candidatura brasileira para sediar a COP 30. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/candidatura-brasileira-para-sediar-a-cop-30>. Acesso em: 12 dez. 2024.



Eleições presidenciais na Venezuela e a tentativa de mediação do Brasil, da Colômbia e do México

*Anna de Holanda¹
Stephanie Braun Clemente²*

Introdução

Em 2024, as eleições presidenciais na Venezuela foram permeadas por fortes controvérsias, evidenciando a intensa polarização doméstica, que reverberou no cenário internacional. O pleito, que aconteceu em meio a uma turbulenta dinâmica de negociações entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, gerou uma série de questões em relação a sua legitimidade e transparência. A oposição conseguiu se organizar em torno da liderança de María Corina Machado que, mesmo inapta a participar do pleito, conquistou grande apoio popular. Mencionar o Edmundo Gonzalez que disputou a eleição. Logo, a Venezuela passou, nas eleições do dia 28 de julho, por um momento crítico e decisivo para seu futuro político.

O cenário pós-eleitoral foi marcado por denúncias de fraude por parte da oposição, por haver, segundo tal grupo, incompatibilidade entre os resultados oficiais divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e a apuração autônoma que realizaram. Apesar de não ter sido a primeira vez que grupos opositores acusaram a legitimidade dos resultados de um pleito, o contexto político atual intensificou ainda mais a crise política interna, ao que se somou contestações sobre a legitimidade do resultado no meio internacional.

Nessa conjuntura, a busca por soluções mediadoras emergiu como um elemento importante. No contexto regional, o Brasil, a Colômbia e o México buscaram assumir uma postura de mediação, a fim de garantir a estabilidade na região. Em meio a insegurança quanto à transparência do processo eleitoral venezuelano, esses países adotaram posturas moderadas e conciliadoras, de modo

¹ Graduanda em Relações Internacionais na UERJ e pesquisadora no NEAAPE.

² Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI/UERJ e pesquisadora no NEAAPE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399297087812948>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9867-1181>.



a não fecharem portas para soluções diplomáticas para o problema.

Visto isto, esse trabalho possui como objetivo analisar o posicionamento desses três países em relação à eleição presidencial venezuelana, destacando a maneira como suas intervenções buscaram pela estabilidade da região, mesmo em meio a um cenário político conturbado. Para isso, para além da introdução e dos comentários finais, o artigo foi estruturado em seções que investigam as sutilezas da crise e seus reflexos, em especial no plano diplomático. Inicialmente, explora-se o contexto pré-eleitoral na Venezuela, bem como os esforços de mediação política para os entraves que surgiram na ocasião. A seção posterior trata do cenário instaurado no país entre oposição e governo após a divulgação dos resultados eleitorais. Já a terceira seção aborda as reações internacionais sobre o pleito, com destaque na recepção regional da notícia. Por fim, o texto analisa as posturas do Brasil, da Colômbia e do México após a realização das eleições presidenciais.

As polêmicas e (uma vez mais) contestadas eleições presidenciais na Venezuela: o fatídico dia 28 de julho de 2024

O cenário pré-eleitoral para as referidas eleições presidenciais na Venezuela em 2024 foi precedido por tentativas de negociações entre o governo e a oposição, bem como por atritos entre as partes, provocados pelas inabilitações políticas de possíveis candidatos opositores. Em primeiro lugar, é preciso abordar as negociações que foram realizadas em setembro de 2023, com vistas a acertar o caminho pré-eleitoral na Venezuela. A primeira delas foi a chamada mesa de negociação do México, na qual foi assinado um memorandum de entendimento entre o governo e a oposição³. Contudo, a agenda acordada não teve avanços e, com isso, em outubro de 2023, as partes se encontraram novamente. Desta vez a reunião aconteceu em Barbados, e, por meio da busca pela solução de controvérsias via bons ofícios, foram assinadas garantias eleitorais e presidenciais para julho de 2024⁴.

Também em outubro de 2023, mais especificamente no dia 22, deram-se as eleições primárias da oposição. Em tal momento, a vitória oficial foi concedida para a

³ Efecto Cocuyo, Publican en Gaceta Oficial memorando de entendimiento de diálogo en México. 2023. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/gaceta-oficial-memorando-dialogo-en-mexico/>>. Acesso em: 21. nov. 2024.

⁴ Efecto Cocuyo, Gobierno y Plataforma Unitaria acuerdan garantías electorales y presidenciales para el segundo semestre de 2024. 17/10/2023. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/gobierno-y-plataforma-unitaria-acuerdan-garantias-electorales-y-proteccion-de-activos-en-barbados/>>. Acesso em: 21. nov. 2024.



então candidata Maria Corina Machado (Plataforma Unitária Democrática - PUD), que obteve mais de 90% dos votos. Entretanto, Maria Corina estava inabilitada desde julho de 2023, não podendo então concorrer ao pleito presidencial⁵. Em janeiro de 2024 foi confirmado pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) que a candidata oficial da PUD estaria inabilitada por 15 anos para exercer cargos públicos⁶. Outra controvérsia que se apresentou diz respeito às barreiras impostas para a inscrição de sua sucessora, Corina Yoris, no sistema eleitoral⁷. Por fim, a PUD registrou o nome de Edmundo González Urrutia como seu candidato oficial para as eleições de 28 de julho⁸.

Em 28 de julho ocorreram as eleições presidenciais na Venezuela, um processo eleitoral histórico para o país. Essa foi uma das votações mais importantes em tal Estado, posto que estava em xeque a continuidade ou rompimento do projeto de governo para o qual Hugo Chávez foi eleito em 1998, a chamada Revolução Bolivariana. E ainda, no contexto da administração de Nicolás Maduro, que começou em 2013, foi a primeira vez que a oposição conseguiu se articular e se unir em torno de uma figura principal, a de Maria Corina⁹.

A campanha eleitoral passou por altos e baixos, recebendo diversas denúncias referentes a irregularidades no processo¹⁰. Mas, havia expectativas de que o grupo opositor pudesse sair vitorioso. Na prática, o que esteve em disputa em tal pleito foi a capacidade de mobilização das pessoas para irem votar. Assim, houve a participação de 59,97% da população¹¹.

⁵ Eleições primárias da oposição ocorrem na Venezuela em meio a distensões com o governo dos EUA. *Conjuntura Latitude Sul*, v. 07, n. 10, out. de 2023, p. 09.

⁶ *Diário Las Américas*, María Corina: Decisión del TSJ es un acto de delincuencia judicial. 10/02/2024. Disponível em: <<https://www.diariolasamericas.com/america-latina/maria-corina-decision-del-tsj-es-un-acto-delincuencia-judicial-n5351234>>. Acesso em: 21. nov. 2024.

⁷ *El Nacional*. ¿Cómo se impidió la inscripción de Corina Yoris como candidata unitaria ante el CNE? 04/04/2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/como-se-impidio-la-inscripcion-de-corina-yoris-como-candidata-unitaria-ante-el-cne/>>. Acesso em: 21. nov. 2024.

⁸ Oposição na Venezuela define candidato para as eleições presidenciais. *Conjuntura Latitude Sul*, v. 08, n. 04, abr. de 2024, p. 08.

⁹ *Metrópoles*, Campanha na Venezuela tem oposição forte e risco real para Maduro. 16/06/2024. Disponível em <https://www.metropoles.com/mundo/eleicao-venezuela-maduro#google_vignette>. Acesso em: 21. nov. 2024.

¹⁰ Agência Brasil. Entenda como funciona e quais as críticas à eleição na Venezuela. 26/07/2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/entenda-como-funciona-e-quais-criticas-eleicao-da-venezuela>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

¹¹ G1. Venezuela: Conselho Nacional Eleitoral faz pronunciamento. G1, 29/07/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/29/venezuela-conselho-nacional-eleitoral-faz-pronunciamento.ghtml>>. Acesso em: 25. nov. 2024.

Divulgação do resultado eleitoral e os impasses entre governo e oposição

No dia 29 de julho de 2024, foi divulgado o resultado das eleições pelo CNE da Venezuela. No entanto, dado o cenário conturbado em que aconteceu, o desfecho do pleito gerou impasses entre governo e oposição, em especial por conta de discordâncias acerca dos dados eleitorais. O CNE declarou que Maduro havia vencido a disputa com 51,2% dos votos, atribuindo apenas 44,2% ao seu principal oponente, Edmundo González Urrutia. No entanto, a oposição contestou esses números, anunciando que, com base em seus cálculos, Urrutia teria conquistado 70% dos votos e Maduro apenas 30%¹².

A partir desse momento, o lado opositor passou a denunciar fraude nas eleições, declarando González como o verdadeiro vencedor. Seu argumento principal girava em torno do não reconhecimento da contagem dos votos divulgados pelo CNE, pois afirmavam que os números apurados a partir das atas de votação entregues aos observadores eleitorais indicavam uma vitória confortável do adversário de Maduro. Nos discursos que se seguiram ao anúncio feito pelo órgão, o presidente em exercício agradeceu aos eleitores pelo resultado¹³. Em contrapartida, a líder opositora María Corina, ao lado de Urrutia, rechaçou a declaração de vitória de Maduro, argumentando que o candidato da PUD é que teria sido eleito como o novo dirigente venezuelano¹⁴. Na ocasião, assim como González, Corina destacou que a coalizão opositora iria agir em prol da verdade¹⁵. A partir daí, iniciou-se uma longa disputa de narrativas entre governo e oposição, ainda em curso. Com o mundo atento às eleições venezuelanas, esse imbróglio não passou despercebido, gerando repercussões internacionais importantes, em especial na região.

¹² G1. *Op Cit.*

¹³ O Globo. Nicolás Maduro vence as eleições na Venezuela. O Globo, 29/07/2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/29/nicolas-maduro-vence-as-eleicoes-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 25. nov. 2024.

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*



Recepções internacionais

No mesmo dia em que o resultado da eleição venezuelana foi divulgado, as repercussões internacionais começaram a aparecer. Algumas pontuavam a preocupação com a falta de transparência no processo; outras sequer mencionavam o drama interno no país, se atendo a parabenizar o presidente reeleito, como foi o caso de Rússia, China, Honduras, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Irã e Catar¹⁶. No âmbito global, EUA, União Europeia, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Guatemala, Panamá e Costa Rica demonstraram, alguns de maneira mais contida que outros, estarem inquietos com a forma como o processo eleitoral foi conduzido, pedindo por maior lisura na publicação dos resultados¹⁷.

No tabuleiro regional, Chile, Argentina, Uruguai, Equador, Peru, Colômbia e Brasil, também sinalizaram certa preocupação, alguns de forma incisiva, outros de maneira mais moderada. No primeiro caso, os exemplos mais emblemáticos de contestação foram no Chile, Argentina, Uruguai, Equador e Peru. O presidente chileno, Gabriel Boric, declarou que o resultado das eleições venezuelanas era “difícil de acreditar” e que seu governo não reconheceria nenhum resultado que não fosse auditável, exigindo transparência¹⁸. Seu homólogo argentino, Javier Milei, caracterizou a vitória de Maduro como uma fraude, e expressou que esperava uma intervenção das Forças Armadas da Venezuela na situação, para que fossem defendidas a democracia e a vontade do povo¹⁹. No caso uruguaio, o presidente Luis Lacalle atestou não ser possível reconhecer um resultado sem que haja confiança nos mecanismos para atingi-lo²⁰. Também em um discurso inflamado, o mandatário equatoriano Daniel Noboa apontou para o perigo da ditadura na região, apontando Maduro como o ceifador da esperança dos venezuelanos²¹. No Peru, o ministro das Relações Exteriores, Javier Olaechea, afirmou que seu país não corroboraria com o que chamou de “violação da vontade popular do povo venezuelano”²².

Já o Brasil e a Colômbia adotaram posturas iniciais mais comedidas em comparação aos demais países da região. No caso colombiano, o chanceler Luis

¹⁶ G1. Venezuela: eleições repercutem. G1, 29/07/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/29/venezuela-eleicoes-repercute.ghtml>>. Acesso em: 25. nov. 2024.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ CNN Brasil. Líderes globais reagem à vitória contestada de Maduro na Venezuela. CNN Brasil, 30/07/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lideres-globais-reagem-a-vitoria-contestada-de-maduro-na-venezuela/>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

¹⁹ G1. Venezuela: eleições repercutem. G1, 29/07/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/29/venezuela-eleicoes-repercute.ghtml>>. Acesso em: 26. nov. 2024

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

Gilberto Murillo limitou-se a pedir transparência no processo, destacando a importância de “esclarecer quaisquer dúvidas sobre os resultados”, de modo a garantir que tivessem credibilidade e legitimidade para que a estabilidade regional fosse mantida²³. Seguindo a mesma tônica, o governo brasileiro optou por adotar certa cautela, saudando o “caráter pacífico da jornada eleitoral”, porém sinalizando que aguardaria a divulgação dos dados que faltavam pelo CNE para que houvesse uma clareza que legitimasse o resultado eleitoral²⁴. A partir da postura inicial, que foi se modelando ao longo do tempo, Brasil e Colômbia assumiram o papel de mediadores da situação venezuelana, dados seus interesses em manter a estabilidade no país para proteger suas próprias fronteiras. Esse posicionamento moderado também foi adotado pelo México, que indicou em seu discurso o mesmo teor dos governos brasileiro e colombiano. Nas palavras de López Obrador, presidente na época, não era possível desqualificar o desfecho eleitoral, no entanto, se fazia necessária a revisão das atas de votação²⁵. Na seção seguinte, os esforços de mediação de Brasil e Colômbia são explorados com mais detalhes, adicionando-se, ainda, o papel do México como um ator participante da dinâmica negociadora.

As posturas de Brasil, Colômbia e México após a realização do pleito presidencial

Após a divulgação do resultado oficial do pleito, o Itamaraty passou a atuar com mais cautela a respeito das eleições venezuelanas. Em um primeiro momento, o órgão diplomático brasileiro saudou a ocorrência da votação de forma pacífica²⁶. Contudo, salientou que iria acompanhar todo o processo de apuração dos votos com cautela e que aguardaria pela “publicação, pelo Conselho Nacional Eleitoral, de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito”²⁷. No dia 01 de agosto, foi divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) uma nota conjunta com Colômbia e México, na qual solicitavam a divulgação pública das atas eleitorais, em dados desagregados por mesa de votação²⁸.

²³ CNN Brasil, *Op. Cit.*

²⁴ G1. Venezuela: eleições repercutem em meio a acusações de fraude. G1, 29/07/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/29/venezuela-eleicoes-repercute.ghtml>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

²⁵ Agência Brasil. Venezuela: presidente do México critica manifestação da OEA. Agência Brasil, 29/07/2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/venezuela-presidente-do-mexico-critica-manifestacao-da-oea>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

²⁶ Governo brasileiro adota cautela diante de eleição na Venezuela. *Conjuntura Latitude Sul*, v. 08, n. 07, jul. de 2024, p. 04.

²⁷ Ministério das Relações Exteriores. Eleições e apuração na Venezuela. 29/07/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-e-apuracao-na-venezuela>. Acesso em: 26. nov. 2024.

²⁸ Ministério das Relações Exteriores. Eleições Presidenciais da República Bolivariana da Venezuela. Comunicado Conjunto de Brasil, Colômbia e México. 01/08/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-presidenciais-da-republica-bolivariana-da-venezuela-2014-comunicado-conjunto-brasil-colombia-e-mexico>. Acesso em: 26. nov. 2024.

Todavia, com a demora na divulgação das atas, do mês de agosto em diante, o governo brasileiro começou a emitir sinais de que estava insatisfeito com a inação do governo bolivariano²⁹. Ainda assim, Brasil e Colômbia mantiveram a coordenação de posições acerca da problemática da não divulgação das atas. No dia 15 de agosto, por meio de suas redes sociais, o presidente colombiano Gustavo Petro divulgou cinco propostas da Colômbia, que visavam distensionar o clima pós-eleitoral no país vizinho. Já o Brasil apresentou, em momentos diferentes, distintas propostas de solução, tais como a organização de um governo de coalizão ou a realização de um novo pleito presidencial. Como reação a tais propostas regionais, no dia 16 de agosto, Maduro repudiou as tentativas do Brasil e da Colômbia. Nesse mesmo dia, Lula concedeu uma entrevista para a imprensa brasileira, na qual se referiu, pela primeira vez, ao governo de Maduro como tendo um viés autoritário. Ademais, reforçou o posicionamento de aguardar pela divulgação das atas para conferir o tão vislumbrado reconhecimento do resultado eleitoral³⁰.

O México, que inicialmente adotou a mesma postura mediadora, unindo-se ao Brasil e a Colômbia para pedir pela lisura do processo eleitoral da Venezuela, suspendeu sua participação na negociação já na primeira quinzena de agosto³¹. O argumento utilizado foi de que o governo mexicano aguardaria a decisão da justiça venezuelana sobre a questão. Grande parte dessa decisão se deu por motivos internos do país, já que o mandato de López Obrador chegaria ao fim no dia 1º de outubro, e sua sucessora eleita, Claudia Sheinbaum, já havia anunciado que não tinha a intenção de seguir negociando sobre o pleito na Venezuela. Para ela, essa era uma responsabilidade das organizações internacionais³². No entanto, mesmo com a mudança no posicionamento mexicano, Brasil e Colômbia permaneceram buscando a mediação da questão.

Como resposta às pressões internacionais e regionais, no dia 21 de agosto, o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) da Venezuela legitimou os resultados divulgados pelo CNE e determinou que não seria possível apelar tal decisão³³. Tendo em vista

²⁹ Brasil segue cobrando divulgação das atas eleitorais na Venezuela. *Conjuntura Latitude Sul*, v. 08, n. 08, ago. de 2024, p. 04.

³⁰ Agência Senado. Brasil não vai reconhecer presidente da Venezuela sem atas eleitorais, diz Amorim. 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/15/brasil-nao-vai-reconhecer-presidente-da-venezuela-sem-atas-eleitorais-diz-amorim>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

³¹ Soares, Jussara. México deixa negociação com Brasil e Colômbia sobre Venezuela. *CNN Brasil*, 10/10/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/mexico-deixa-negociacao-com-brasil-e-colombia-sobre-venezuela/>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

³² *Ibidem*.

³³ El Nacional. Sala Electoral del TSJ concluye que Nicolás Maduro «ganó» las presidenciales. 22/08/2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/venezuela/sala-electoral-del-tsj-concluye-que-nicolas-maduro-gano-las-presidenciales/>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

o cenário problemático, Brasil e Colômbia mantiveram suas posições de defender a divulgação pública das atas. No dia 24 de agosto publicaram um comunicado conjunto no qual reiteraram o posicionamento defendido, argumentando que “a credibilidade do processo eleitoral somente poderá ser restabelecida mediante a publicação transparente dos dados desagregados por seção eleitoral e verificáveis”³⁴.

Os meses seguintes transcorreram com menos enfoque sendo dado para a questão pós-eleitoral venezuelana. Outras pautas acabaram tomando o cenário da política doméstica e interna nos Estados que estavam buscando mediação. Contudo, a realização da Cúpula do BRICS+ ao final de outubro, reacendeu os holofotes no relacionamento destes com a Venezuela, principalmente no caso do Brasil. A polêmica nas relações diplomáticas entre os dois países foi iniciada devido ao veto brasileiro para o ingresso da Venezuela no agrupamento. Segundo Celso Amorim, o veto brasileiro se deu por existir “[...] esse mal-estar [nas relações]. Eu espero que possa se dissolver à medida que as coisas lá se normalizem, os direitos humanos sejam respeitados, as eleições transcorram com normalidade, as atas apareçam, enfim, coisas desse tipo”³⁵. Além disso, Amorim afirmou que “houve uma quebra de confiança, algo nos foi dito e não cumprido”³⁶.

Após isso, o governo venezuelano iniciou uma série de provocações à diplomacia do Brasil. Foi emitido um comunicado no qual aparecia a indignação do país, afirmando que o gesto configurava uma “agressão inexplicável e imoral” do Itamaraty³⁷. No dia 31 de outubro, a Polícia Nacional Bolivariana publicou, em suas redes sociais, foto na qual aparece a bandeira do Brasil e a silhueta de um homem que aparenta ser Lula, com a mensagem “quem se mete com a Venezuela se dá mal”³⁸.

³⁴ Governo do Brasil. Declaração conjunta de Brasil e Colômbia. 24/08/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/08/declaracao-conjunta-de-brasil-e-colombia>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

³⁵ Metrôpoles. Celso Amorim explica por que Brasil vetou Venezuela nos Brics. 29/10/2024. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/celso-amorim-brasil-vetou-venezuela-brics>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

³⁶ G1. 'Houve uma quebra de confiança, algo nos foi dito e não cumprido', diz Amorim sobre eleição na Venezuela. 29/10/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/10/29/houve-uma-quebra-de-confianca-algo-nos-foi-dito-e-nao-cumprido-diz-amorim-sobre-eleicao-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

³⁷ Presidência Venezuela Gobierno Bolivariano rechaza decisión de Brasil sobre mantener el veto a Venezuela en los BRICS. 2024. Disponível em: <https://presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=29031>. Acesso em: 26. nov. 2024; Presidência Venezuela. Venezuela rechaza declaraciones injerencistas del Gobierno brasileño. 2024. Disponível em: <https://presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=29066>. Acesso em: 26. nov. 2024.

³⁸ G1. Polícia venezuelana publica foto com bandeira do Brasil: 'Quem se mete com a Venezuela se dá mal'. 31/10/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/10/31/policia-venezuelana-publica-foto-com-bandeira-do-brasil-quem-se-mete-com-a-venezuela-se-da-mal.ghtml>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

Por fim, Maduro convocou o embaixador venezuelano no Brasil para a realização de consultas³⁹, medida que configura repreensão em termos diplomáticos.

Entretanto, com o decorrer do tempo e com a realização das eleições nos EUA, que concedeu a vitória para Donald Trump, houve uma nova reaproximação entre os governos de ambos os países, que têm buscado restabelecer um bom relacionamento entre si. A alteração de poder nos EUA se apresenta como um fator estabilizador nas relações entre os pares, posto que tanto o Brasil quanto a Venezuela possuem divergências de visão acerca da política externa estadunidense sob o comando de Trump, o que faz com que esses atores tenham que se reposicionar no tabuleiro internacional⁴⁰.

Presencia-se, então, um momento de acomodação entre as partes, afinal o tempo está passando e não há sinais de que algo será alterado na conjuntura venezuelana, além de que interesses bilaterais se mantêm entre os dois países. Por conseguinte, pelo lado brasileiro, não foi possível alcançar a meta de buscar a normalização da posição da Venezuela no sistema internacional devido aos desdobramentos do pleito eleitoral. Logo, diante da realidade que se apresenta, que foge da alçada e da vontade brasileira, a diplomacia teve de reconhecer a necessidade em reforçar sua posição de pragmatismo, princípio da tradição diplomática do país.

Diante de tais acontecimentos, a Colômbia manteve, em um primeiro momento, a postura de pedir pela divulgação das atas, dando continuidade à sua tentativa de mediação no país vizinho. Ao final de outubro, na ocasião da COP 16, em Cali, o chanceler colombiano, Luis Gilberto Murillo, teve uma reunião com seu homólogo venezuelano, Yván Gil, e afirmou “mantemos a mesma posição, as atas devem ser apresentadas”⁴¹. Ademais, dias depois declarou que se a divulgação não acontecer até o dia 10 de janeiro (que é quando culmina o atual período

³⁹ G1. Venezuela convoca embaixador do país no Brasil e cita 'declarações intervencionistas e grosseiras' do governo brasileiro. 30/10/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/10/30/venezuela-convoca-embaixador-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

⁴⁰ Da Prática Política. Brasil e Venezuela buscam reaproximação diante de Trump. Carolina Pedrosa. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Qtt2GEIm7yk>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

⁴¹ El Espectador. “Mantenemos la misma posición, se deben presentar las actas”: Murillo sobre Venezuela. 29/10/2024. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/politica/venezuela-canciller-murillo-reitera-que-colombia-no-reconocera-a-nicolas-maduro-si-no-se-publican-actas-de-votacion/>>. Acesso em: 26. nov. 2024.



presidencial), a Colômbia não irá reconhecer os resultados divulgados pelo CNE em julho⁴². Apesar disto, existem rumores na mídia colombiana de que o governo de Petro estaria trabalhando na elaboração de uma proposta de resolução para o impasse, denominado como “Acordo de Coabitação”⁴³.

A mudança de postura colombiana pode ser explicada por ter sido esse o país que sustentou o caráter mediador por mais tempo, e mantê-lo poderia acarretar em custos políticos complicados para o atual governo de esquerda. Afinal, no que se refere a tal questão de política externa, o governo Petro já não possui muitos aliados na região, situação ainda mais delicada com o afastamento do Brasil e do México dos diálogos com Maduro. Isso explica a recente mudança de tom nas falas de Petro e Murillo a respeito das eleições de julho. Em entrevista para O Globo, Petro afirmou acreditar “que uma frente comum na Venezuela, qualquer que seja a política, já não irá existir. Olhando para trás, acho que as eleições foram um erro. Fui a favor da sua realização, mas não há voto livre”⁴⁴, acrescentando que o governo “não proporcionou clareza sobre a afirmação de que ganharam as eleições. Deixaram esse manto escuro ao não mostrar as atas. Exigir mudanças radicais do governo neste momento não é realista”⁴⁵. Por sua vez, Murillo declarou, no dia 22 de novembro, que “as eleições não deram certo porque não foram eleições livres”⁴⁶, outorgando a culpa do fato às sanções estadunidenses e às ações do governo, que teria perseguido e intimidado a oposição.

Assim, é possível ver que, com a proximidade da chegada do dia 10 de janeiro, a Colômbia está se afastando do papel mediador que até meados de novembro ainda era existente. Com isso, percebe-se maior inclinação a se aliar com os posicionamentos dos vizinhos que outrora também haviam se alçado como mediadores. Porém, não é possível para o país declarar o reconhecimento ou não dos resultados de maneira oficial, posto que o relacionamento com a Venezuela, historicamente, é um tema bastante delicado na política externa colombiana. Por conta disto, a diplomacia do país tem insistido na relevância da divulgação das

⁴² El Espectador. Gobierno no reconocerá triunfo de Maduro si actas no se publican antes del 10 de enero. 30/10/2024. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/politica/gobierno-petro-no-reconoceria-reeleccion-de-maduro-en-venezuela-si-actas-no-se-publican-antes-del-10-de-enero-noticias/>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ El Espectador. Petro calificó las elecciones en Venezuela como “un error” y criticó falta de “claridad”. 19/11/2024. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/politica/petro-califico-las-elecciones-en-venezuela-como-un-error-y-critico-que-no-se-hayan-mostrado-las-actas-noticias-hoy/>>. Acesso em: 26. nov. 2024.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ El Espectador, “No fueron libres”: canciller sobre elecciones en Venezuela entre Maduro y oposición. 22/11/2024. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/politica/colombia-dice-que-elecciones-en-venezuela-no-fueron-libre-habla-canciller-murillo-sobre-maduro-y-petro-noticias-hoy/>>. Acesso em: 26 nov. 2024.

atas por parte do governo de Maduro. A última declaração conferida pelo chanceler do país ressalta novamente esse ponto. Nela, Murillo afirmou que o governo irá responder “no devido momento”⁴⁷ se o presidente Petro irá ou não comparecer na posse de Maduro, em 10 de janeiro. Afinal, ele diz, “a posição da Colômbia sempre foi muito clara: se não há atas, não há reconhecimento”.

Considerações Finais

Diante do exposto, é possível destacar que o esforço de mediação e busca por soluções originais, liderado principalmente por Brasil e Colômbia, com alguma participação do México, foi importante no período pós-eleitoral. Rechaçar ou endossar os resultados sem buscar ouvir e ver as provas de cada um dos lados envolvidos na crise política venezuelana não estaria alinhado aos princípios históricos da diplomacia desses países. Afinal, suas políticas externas são guiadas por diretrizes que primam pela solução pacífica de controvérsias e não ingerência em temas internos de outros Estados⁴⁸. Suas posturas, portanto, foram condizentes com o esperado de países que buscam atuar como mediadores: pragmatismo, cautela e a busca pela maior quantidade de informações antes de tomar posições definitivas.

Os Estados supracitados têm ciência do quanto a questão venezuelana é complexa, por envolver interesses nacionais, regionais e internacionais diversos, que representam visões de mundo distintas acerca de como deve ser o futuro do país. Além disso, a Venezuela ocupa um espaço de crescente relevância na política mundial, devido tanto às suas vastas reservas de petróleo quanto às parcerias estratégicas que mantém. Sendo assim, qualquer análise sobre o país demanda cautela. É preciso esclarecer que não há “vilões” ou “heróis” claros na conjuntura política. Em realidade, há uma teia de interesses econômicos, políticos, financeiros e ideológicos que frequentemente se chocam. Para os países envolvidos na tentativa de mediação, além das questões fronteiriças e comerciais compartilhadas com a Venezuela, pesam também a promoção de suas próprias agendas de política externa e o fortalecimento de seus papéis no cenário regional.

Recebido para publicação em 30 de novembro de 2024.

⁴⁷ El Nacional. Canciller Murillo: Colombia responderá en su debido momento a la invitación a posesión de Maduro. 26/11/2024. Disponível em: <<https://www.elnacional.com/mundo/canciller-murillo-colombia-respondera-en-su-debido-momento-a-invitecion-a-posesion-de-maduro/>>. Acesso em: 27. nov. 2024.

⁴⁸ Folha de São Paulo. Como Venezuela mudou de Chávez a Maduro até crise atual. 17/08/2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/08/como-venezuela-mudou-de-chavez-a-maduro-ate-crise-atual.shtml?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAaIFMJAxexVbsSKN8ONjYUtSkZogEKrm6uYN8KqxPjWahPJxCS9EZ3IEmQ_aem_VsQoWL9WzZ97LTaAVbsfgw>. Acesso em: 27. nov. 2024.

O NEAAPE reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados a compreender o processo decisório e os temas que integram as agendas de política externa por meio de estudos e análises sobre distintos países, seja de forma individual ou sob uma perspectiva comparada. O NEAAPE também produz textos, mapas, infográficos, tabelas e entrevistas que ilustram e problematizam este campo de pesquisa e reflexão. Criado em 2016, o Núcleo dá continuidade às pesquisas realizadas no âmbito da extinta Rede de Agendas e Atores de Política Externa que foi responsável, com apoio do CNPq, por avançar a reflexão sobre a política externa como uma política pública.



NEAAPE

Núcleo de Estudos
Atores e Agendas de Política Externa

2024